

Eixo Temático: Processos de Ensino-Aprendizagem

ET-06-011

CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE EJA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE SANTALUZ-BAHIA- BRASIL

Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues, Maria Rosileide Bezerra de Carvalho

Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Ciências Exatas e da Terra - *Campus II*.
Bahia. Brasil.

<http://dx.doi.org/10.21472/congrebio2016.et-06-011>

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos foi se consolidando ao longo do tempo até se estabelecer como uma modalidade do Ensino Básico. Este trabalho teve por objetivo caracterizar a modalidade EJA numa escola estadual do município de Santaluz-BA em seus aspectos legais, operacionais e de resultados no ano letivo de 2014. A modalidade de investigação inscreve-se como um estudo de caso. Os dados foram obtidos mediante pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica. Do estudo feito obtiveram-se os seguintes resultados: o total de matriculados foi de 158 alunos, o índice de abandono foi de 28,48% e o de reprovação dos alunos remanescentes foi de 33,63%, verificou-se ainda que a qualificação de professores que compõem o quadro docente da EJA é mínima e que os processos de avaliação fogem da regulamentação estabelecida para este segmento de ensino. De acordo aos dados obtidos é possível concluir que a EJA não alcançou o resultado esperado quanto à permanência e conclusão com aprovação dos discentes envolvidos, e não contempla em sua plenitude as especificidades requeridas para esta modalidade do Ensino Básico.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Educacionais; Santaluz.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino dentro da Educação Básica que surge para oportunizar sujeitos que não tiveram condições e/ ou oportunidades de se escolarizarem no tempo regular, visto que a educação é um direito de todos e quaisquer cidadão, como rege o artigo 5º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394, de 1996, inclusa pela Lei de nº 12.796, de 2013:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL, 2013).

No período colonial o trabalho missionário envolvia boa parte dos adultos, ensinando além do evangelho os ofícios necessários ao trabalho da época. No império, assim como na colônia, são os interesses voltados para os meios de produção que direcionam o ensino e selecionam seus conteúdos (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

Com a república a Educação de Jovens e Adultos ganha mais vislumbre, entretanto, a preocupação com essa modalidade de ensino não era fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas públicas específicas. Foi a partir de 1920 que o movimento de educadores e a população começaram a estabelecer condições para a introdução de políticas públicas para esse segmento de ensino (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 109).

Com a constituição de 1988 todas as pessoas tiveram por direito acesso à educação, sendo este reforçado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (STRELHOW, 2010).

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), nenhum feito foi mais relevante para a educação de jovens e adultos na época, do que garantir o direito universal gratuito ao ensino fundamental público estabelecido no artigo 208 da Constituição de 1988, sem que houvesse determinações referentes à idade. Assim, jovens e adultos tinham por direito constitucional a garantia de ensino público, gratuito e de qualidade.

A partir da LDB nº 9.394/1996 a educação de jovens e adultos passa então a ser considerada como uma modalidade de ensino que apresenta especificidades próprias, estabelecendo, inclusive, as Diretrizes Curriculares Nacionais para tal segmento, de modo a garantir o direito à educação de forma adequada às particularidades do cidadão adulto.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/1996, a EJA, então, passa a ser um segmento da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, para proporcionar o direito à educação. A caracterização desta enquanto modalidade de ensino se deve à especificidade própria em suas funções e finalidades (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem lutando por visibilidade ao longo do tempo. Nesta trajetória tem buscado obter qualidade de ensino e investimento. Caracterizada por muito tempo em programas de alfabetizações e suplências como MOBREAL e SUPLETIVO, a educação de jovens e adultos alcançou lugar na educação básica, sendo hoje uma modalidade de ensino regulamentada. Porém, este segmento ainda se esforça para sair da posição marginalizada em que se encontra. Para isso, compreende-se a necessidade de acompanhar seu desenvolvimento observando se a mesma tem atendido as especificidades que lhe é concernente.

Devido a esse novo contexto na Educação de Jovens e Adultos que tem gerado o aumento na procura por essa modalidade de ensino, assim como pela carência do trabalho com EJA nos componentes pedagógicos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e por não haver registros sobre a implementação e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos no Município de Santaluz-BA, torna-se de extrema relevância o estudo e caracterização desse segmento de ensino.

O município de Santaluz, localizado no semiárido baiano, oferece dentro de suas instituições de ensino, tanto municipais como estaduais, a modalidade para jovens e adultos (EJA) destinada aos que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos no ensino regular, dentro do tempo previsto.

Nesta perspectiva, as perguntas que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa foram: considerando os aspectos sociais e pedagógicos como está implementada a modalidade EJA nas escolas estaduais do município de Santaluz-BA? Qual o perfil do educando luzense?

OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objetivo geral caracterizar a implementação da modalidade EJA em uma escola estadual da Cidade de Santaluz, Bahia, em seus aspectos legais, operacionais e de resultados.

Quanto aos objetivos específicos buscou-se: levantar o número de matriculados e o índice de evadidos nos anos de 2014 na escola pública estadual que oferta a modalidade EJA no município; caracterizar o funcionamento da modalidade observando aspectos administrativos e pedagógicos; verificar o perfil dos sujeitos participantes da modalidade no município; observar os aspectos de Ensino e Aprendizagem no que diz respeito à avaliação.

METODOLOGIA

A modalidade de investigação utilizada em nossa pesquisa foi o estudo de caso, no qual uma unidade de ensino foi analisada intensivamente. A pesquisa realizada foi de cunho quantitativo e se consolidou a partir do cumprimento de etapas de observação, registro e análise.

A coleta de dados se deu a partir de pesquisa documental, eletrônica, bibliográfica e por observação participante.

No momento da coleta de dados, durante a investigação, lançou-se mão da quantificação, a partir do levantamento de alguns índices, porém com análise de natureza qualitativa, o que conferiu visão mais ampla e subjetiva na pesquisa realizada.

A análise qualitativa realizada com base nos índices obtidos procurou visualizar o contexto, a partir de outros trabalhos já realizados, revisões bibliográficas e inferências fundamentadas na vivência durante a coleta dos dados.

Tratando-se de uma pesquisa que abrange métodos quantitativos e qualitativos a análise dos dados foi sendo feita no momento da execução do trabalho, o que permitiu ampliar o olhar e vislumbrar situações que não foram previamente estabelecidas, e que norteou o estudo para aquilo que de fato era necessário.

A pesquisa foi realizada a partir de maio de 2014 a fevereiro de 2015 em uma escola estadual que oferta a modalidade do ensino básico para Jovens e Adultos (EJA) localizada no município de Santaluz-Bahia, Brasil, que segundo dados do IBGE (2012) encontra-se inserido na região sisaleira a 258 km da capital. A cidade possui 155.971 hectares e uma população de aproximadamente 33.838 habitantes, apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,598.

Os dados coletados foram referentes a quatro turmas de EJA oferecidas pela escola supracitada no ano de 2014, sendo duas do Eixo VI (equivalente ao 1º e 2º ano do Ensino Médio regular) que corresponde ao Eixo na qual são ofertadas as disciplinas referentes à área de humanas e linguagens e duas turmas do Eixo VII (equivalente ao 3º ano do Ensino Médio regular) na qual é ofertada disciplinas da área de exatas e ciências da natureza.

Os documentos coletados para posterior análise foram: lista de matriculados, cadernetas, listas de frequência, listas de docentes que trabalham com a modalidade EJA, quadro com dados referentes ao corpo docente (formação de cada professor), mapa de classes para averiguação do abandono de modo gradativo, listas de resultados finais, atas dos três últimos anos com resultados finais dos alunos e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Tais documentos foram coletados com a finalidade de averiguar o índice de evasão ao longo do ano letivo, bem como acompanhar o aproveitamento dos alunos no decorrer das unidades, identificar a residência dos alunos em zona rural e urbana, além de acompanhar processo avaliativo realizado pelos professores.

Concluída esta etapa, procedeu-se a análise dos documentos disponibilizados pela escola, referentes às quatro turmas de EJA, assim caracterizadas: duas turmas do eixo VI e duas turmas do eixo VII.

Os resultados obtidos foram submetidos a apresentações estatísticas sob a forma de frequências simples e percentuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola encontra-se inserida na Rua Dom Pedro II n° 40, Centro, na sede do Município de Santaluz, BA, BR. A instituição de ensino foi criada em 1956 e reconhecida pela Portaria n° 2348, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 11 e 12 de abril de 1981.

Atualmente, funciona em três turnos, apresenta ao todo 19 salas de aula. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) a escola possui o maior número de alunos no município, tanto da área urbana, quanto rural, de forma especial a população trabalhadora, refletindo as disparidades sociais da comunidade e as consequências advindas dessa realidade.

Em relação ao quadro docente a escola possui 52 professores (41 professores efetivos e 11 REDA - Regime Especial de Direito Administrativo). 90% são licenciados e apenas 10 (19%) professores possuem especialização. Atualmente 10 professores atendem o público da EJA, sendo 05 para cada eixo, graças ao seu caráter modular.

No ano letivo de 2014, foram matriculados 158 alunos na modalidade EJA, distribuídos em duas turmas para o Eixo VI e duas turmas para o Eixo VII, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1. Número de alunos matriculados na Escola A, modalidade EJA por Eixo/Turma no ano letivo de 2014.

Eixo/Turma	Alunos Matriculados
Eixo VI A-N	39
Eixo VI B-N	38
Eixo VII A-N	39
Eixo VII B-N	42
Total	158

Quanto ao local de residência, urbano ou rural, dos alunos matriculados no período em estudo, verificou-se que 70,88% dos alunos são moradores da zona urbana e 29,12% são pertencentes à zona rural como mostra o Gráfico 1.

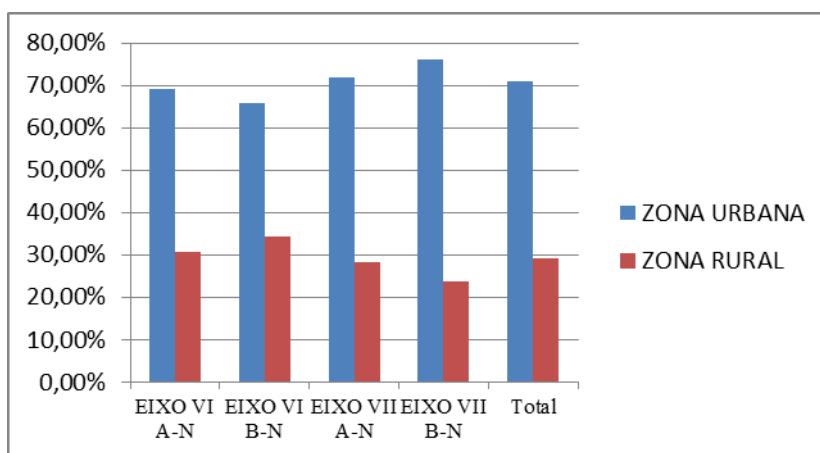


Gráfico 1. Frequência de alunos matriculados na Escola A, modalidade EJA, por origem urbana ou rural, no ano letivo de 2014.

Diante do quadro apresentado de um maior número de alunos da zona urbana, pode-se inferir que sejam sujeitos que não tiveram oportunidades de estudar no tempo hábil e/ou repetentes na mesma série por vários anos, passando a fazer parte da clientela dos alunos com distorção idade/série. Quanto aos alunos da zona rural, depreende-se que além da falta de oportunidade de estudo na idade adequada, soma-se a dificuldade de locomoção, visto que não há escolas que ofertem a modalidade EJA correspondente ao ensino médio (EIXO VI e EIXO VII) em suas comunidades.

Tomando por base os 158 alunos matriculados na EJA na escola A no ano de 2014, analisaremos os índices de abandono, bem como os de aprovação e reprovação dos alunos remanescentes.

O Gráfico 2 apresenta o índice de evasão por Eixo/ Turma, onde é possível observar que houve um índice de 28,20% de abandono no Eixo VI A-Noturno, de 55,26% no Eixo VI B-Noturno, 0% no Eixo VII A-Noturno e 16,40% no Eixo VII B-Noturno. A seguir pode-se visualizar o gráfico apresentando tais dados:

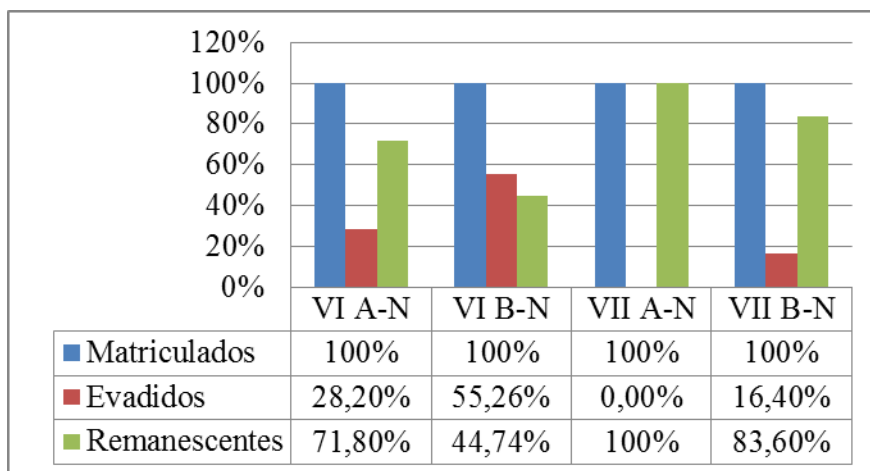


Gráfico 2. Frequência de evasão em cada Eixo/Turma da EJA no ano letivo de 2014.

É notório que houve maior índice de abandono no Eixo VI que no Eixo VII, inclusive no eixo VII A-Noturno não houve abandono durante todo o ano letivo, apesar disso, veremos mais adiante que não houve 100% de aproveitamento, constando-se um pequeno índice de reprovação.

Oliveira (2004) aponta que as extensas jornadas de trabalho, junto ao tempo gasto com deslocamentos, podem justificar sérios problemas ou mesmo impossibilidade entre o trabalho e a escola. Estes fatores, mesmo externos determinam na maioria das vezes o afastamento dos estudos, visando a atender necessidades básicas de sobrevivência que precisam de atendimento.

Segundo o autor supracitado, as dificuldades de relacionamento com os docentes, organização dos gestores da escola e às faltas dos professores também interferem na decisão de abandono pelos alunos.

A turma/eixo que teve maior índice de abandono foi a VI B-Noturno, seguida da VI A-Noturno. No Gráfico 3 é apresentado um comparativo do percentual de abandono por eixo.

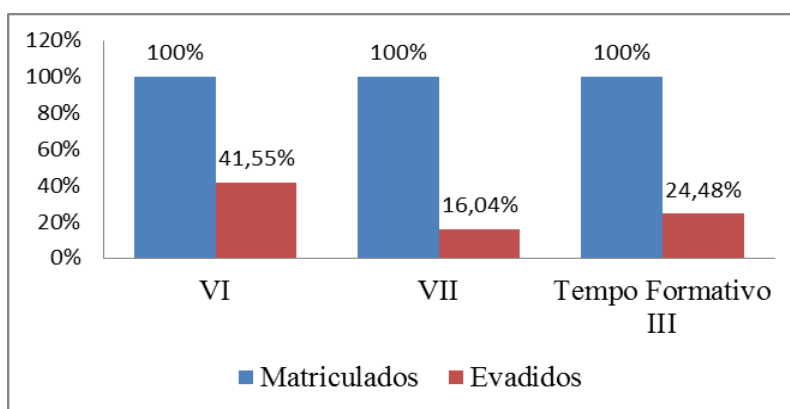


Gráfico 3. Frequência de evasão discente na Escola A, modalidade EJA, por Eixo do tempo formativo III no ano letivo de 2014.

É possível observar que o percentual de abandono foi maior no Eixo VI do que no Eixo VII.

Provavelmente, a alta frequência de evasão por parte dos alunos desta modalidade de ensino se deva a alguns fatores tais como: falta de professores qualificados para o ensino da EJA, assim como baixa frequência do professor na escola, o tipo de avaliação aplicada a esses alunos, sendo muitas vezes, semelhante a do ensino regular, a falta de flexibilidade quanto aos horários e especificidades da modalidade.

Segundo Romão (2010), a Educação de Jovens e Adultos deve ser pensada voltando o olhar para a qualidade que se deve revestir este segmento, não podendo ser colocada paralela ao sistema, nem tão pouco como uma compensação ou complemento, mas como modalidade de ensino voltada para uma clientela específica. Segundo o mesmo autor, estes alunos precisarão cada vez mais de flexibilidade, capacidade de aprender a aprender, e maior comunicabilidade.

Dessa forma, o fato do aluno da EJA requerer especificidade quanto ao seu atendimento, explica a ausência ou abandono deste na escola, quando estes não são tratados como clientela específica e o fazer pedagógico por parte do professor com estes alunos, bem como a atuação administrativa da escola são semelhantes aos do ensino regular.

Para Freire (1997), a motivação é um problema que paira nas unidades escolares como o pesar da nuvem, já que alunos desmotivados, vão encontrar bastante motivação fora da escola. Esta passa para o segundo plano. A cultura do consumo irá manipular os hábitos dos sujeitos, a cultura subjetiva do sexo, da amizade, das drogas, da música etc. Daí, a escola perde espaços neste jogo, manifesta-se atrasada, sem inovação e perde sem condição de competir com o mundo social.

No que diz respeito à reprovação e aprovação considerando o total de alunos matriculados no Eixo VI A-N (39 alunos), apenas 38,46% concluíram com aprovação seguindo para o Eixo VII do mesmo tempo formativo.

Em relação ao Eixo VI B-N, ao final do ano letivo em questão permaneceram 17 alunos, aprovados em sua totalidade. Considerando-se o total de alunos matriculados no início de 2014, o índice de aprovação foi de apenas de 44,73%.

Para o Eixo VII A-N, 53,84% foram aprovados e 46,16% foram reprovados. Do total de 39 alunos matriculados no início do ano letivo, o índice de aprovação foi apenas de 51,28%.

Quanto ao Eixo VII B-N o índice de aprovação considerando aqueles que permaneceram até o final do ano letivo, foi de 72,41% e de reprovação foi de 27,29%. Considerando os 42 matriculados no início do ano, 50% concluíram com aprovação.

O gráfico abaixo apresenta o percentual de aprovação e reprovação dos alunos da EJA no ano letivo de 2014.

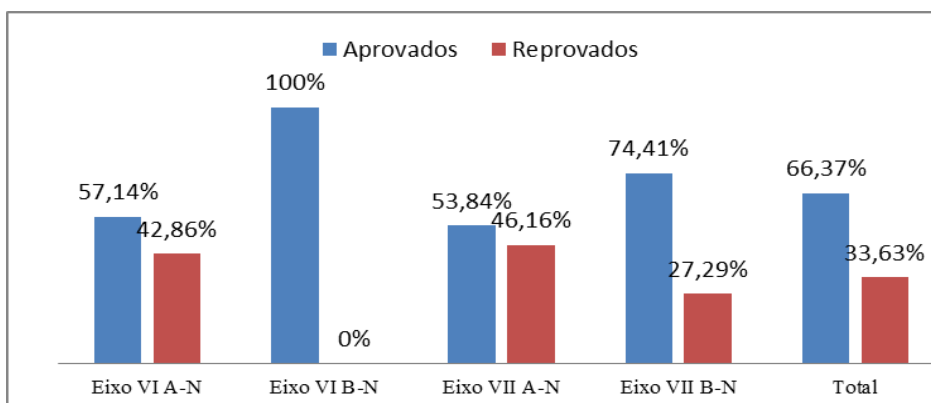


Gráfico 4. Frequência de alunos aprovados e reprovados na Escola A, modalidade EJA no ano letivo de 2014.

Do total de 158 alunos matriculados no ano letivo de 2014, 113 alunos permaneceram até o final, sendo que a soma do número de alunos reprovados mais alunos desistentes, totaliza 82 alunos, superando a quantidade de alunos concluintes com aprovação (76 alunos ao término do ano letivo). Assim, o percentual de conclusão com sucesso foi de aproximadamente 48,10%, portanto abaixo da média.

Tais dados nos faz afirmar o porquê de uma modalidade que tem uma característica própria, voltada para especificidade dos sujeitos, visando à permanência do aluno na escola e a construção de saberes para vida, não deve apresentar dados tão baixos de aproveitamento/conclusão, principalmente na fase de conclusão do tempo formativo.

Diante do observado é possível afirmar que o Currículo e o Projeto Político Pedagógico da Escola ainda não têm contemplado as necessidades de cada um desses sujeitos, bem como a relação professor e aluno ainda necessita de adequações.

Farias (2010) ressalva a necessidade de compreender que os sujeitos da EJA precisam ser atendidos em suas diversidades, de forma que possam entrar na escola e aprender. Ou seja, de acordo as necessidades da vida, desejos a realizar e metas a cumprir, será necessário à compreensão de seus tempos para poderem organizar de acordo as possibilidades de cada grupo ou pessoa. Só dessa forma o índice de reprovação poderá ser reduzido.

Vale ressaltar que no processo avaliativo é refletido não só o resultado da aprendizagem do aluno, como também o fazer pedagógico do docente.

No decorrer da pesquisa foi observado, a partir dos instrumentos de registro do professor, atribuição de notas aos alunos da EJA, provavelmente para serem convertidas em conceitos posteriormente, fato que foge totalmente da proposta desta modalidade. Cabe inferir, que este fato decorra da necessidade de formação continuada e qualificação docente que garanta a apropriação do fazer específico concernente à modalidade.

O professor da EJA deve trabalhar o tempo todo como: provocador, incentivador, sistematizador e avaliador. Dessa forma, o aluno acaba sendo provocado, assume o papel de descobridor, cosistematizador e coavaliador/avaliado (ROMÃO, 2010).

Assim, o aluno aprende a construir os saberes necessários referentes a cada Eixo e, por conseguinte, não haveria tamanho índice de reprovação.

Para tanto, porém, é necessário que as políticas públicas invistam neste sentido, até porque, a formação de educadores é um dos grandes desafios das políticas educacionais constando como metas do próprio Plano Nacional de Educação.

Di Piero (2010) no seu artigo “A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas” mostra que a partir de 2006, o Governo Federal vem avançando na direção de cursos de especialização em EJA, bem como as instituições públicas de ensino superior têm participado da rede nacional de prestação de serviços de formação continuada de educadores, inclusive, na modalidade à distância. Esse formato facilita a participação dos docentes uma vez que não necessitam realizar deslocamentos.

O descompasso entre a formação dos professores e a realidade dos alunos da EJA causou e tem causado situações de difícil solução: como lidar com os alunos cansados a ponto de dormir na aula? Como ajudar os alunos no processo de aprendizagem com atendimentos extraclasse, se estes trabalham até mais de oito horas diárias? Como administrar as constantes ausências? Como atender a disparidade entre jovens, adolescentes e idosos? E ao mesmo tempo, como o professor irá reconhecer e valorizar os conhecimentos que já trazem os alunos quando chegam às escolas? E como trabalhar de forma interdisciplinar já que as disciplinas continuam como em “gavetas” isoladas com o mínimo de tempo para as áreas de conhecimento (MACHADO, 2008, p. 165).

Esses questionamentos são feitos pela autora ao discutir o desafio da formação inicial dos docentes, mas destaca que existe um número muito significativo de professores já graduados, atuando na EJA e nas redes públicas de ensino. E então, aponta a necessidade latente de que, para estes têm que ser destinada a formação continuada, tanto no nível do aperfeiçoamento, quanto no nível de uma pós-graduação.

Estes argumentos ratificam que a formação do professor pode contribuir positivamente, a ponto de refletir no chão de nossas salas de aula, alteração do resultado ora mostrado nesta pesquisa.

Do total de alunos reprovados ao final do ano letivo em questão, analisamos a frequência de reprovação por local de residência, para averiguar se tal índice é maior para discentes da zona urbana ou rural. O gráfico a seguir apresenta o dado em questão.

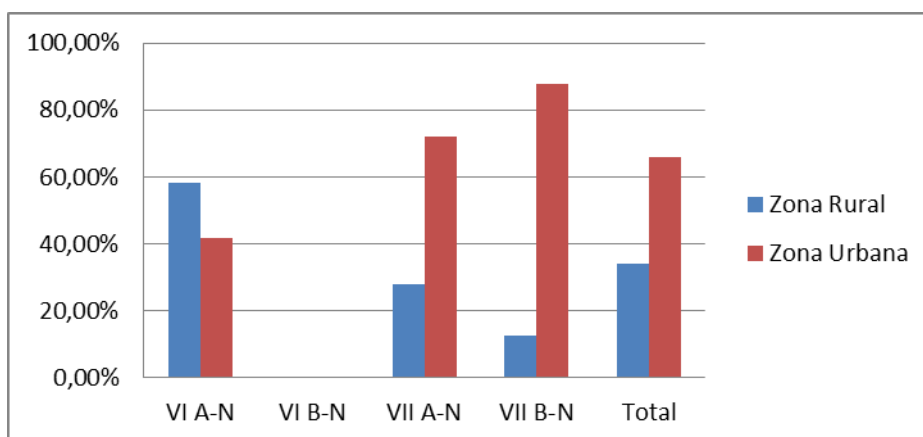


Gráfico 5. Frequência de reprovação dos alunos na Escola A, modalidade EJA, por local de residência urbano ou rural no ano letivo de 2014.

No Gráfico 5 observa-se que o maior índice de reprovação foi entre os alunos da zona urbana, sendo o Eixo VII B-N a turma com o maior número de alunos reprovados. No Eixo VI-BN não houve reprovação, sendo que os 17 alunos aprovados são da zona rural. Apesar do empecilho do deslocamento, estes conseguiram aprovação com sucesso.

Por último foi feito o levantamento e análise do quadro docente da modalidade EJA da escola A.

O quadro abaixo apresenta a relação de professores que atuam na modalidade EJA na escola onde foi realizada a pesquisa, com respectiva formação, disciplinas que lecionam e se possuem ou não formação continuada em EJA.

Mediante a observação do presente quadro, pode-se perceber que a maioria dos professores que atua na EJA, não possui formação continuada nessa modalidade de ensino. Alguns, inclusive, lecionam disciplinas não relacionadas à sua formação inicial. Isso implica na necessidade de capacitação desses profissionais para atuarem de forma plena e satisfatória, promovendo um ensino de qualidade.

O próprio Freire (1997) afirma que ninguém nasce educador, nem já nasce com a marca desse profissional. Segundo ele, o sujeito se forma como educador, de forma permanente, através de sua prática e reflexão sobre ela. Para esse autor, a formação permanente diz respeito à maturidade que vai sendo conquistada, na verdade é a consciência de ser. E isso só se dá por meio da reflexão entre a prática docente e a própria vida.

Quadro 1. Relação de professores que atuam na modalidade EJA na escola A.

Professor	Formação Inicial	Disciplina que atua	Formação continuada em EJA
A	Licenciatura em Letras	Redação	Não possui
B	Licenciatura em História	História	Não possui
C	Licenciatura em História	Geografia	Não possui
D	Licenciatura em Pedagogia e Artes	Artes	Não Possui
E	Licenciatura em Letras com Inglês	Inglês Língua Portuguesa e Literatura	Possui
F	Licenciatura em Letras com Inglês	Sociologia	Não possui
G	Licenciatura em História	Biologia	Não Possui
H	Licenciatura em Geografia	Química	Não Possui
I	Licenciatura em Letras	Matemática	Não possui
J	Física	Física	Não Possui

Fonte: Escola A.

Dessa forma, pode-se garantir que a formação continuada é uma exigência para o crescimento do fazer profissional, em saberes e compromissos. Faz o sujeito atuante no seu espaço geográfico e histórico, podendo dessa forma ser respeitado como educador e valorizado pela sociedade.

CONCLUSÕES

Diante do estudo realizado percebe-se que a EJA na escola onde foi realizada a pesquisa necessita de algumas melhorias quanto ao seu funcionamento, pautadas nas especificidades que esta modalidade de ensino requer. Tal afirmação se baseia nos resultados obtidos com este trabalho, que apontaram fatores negativos, tais como o grande percentual de abandono dos alunos matriculados, o baixo desempenho verificado pelos altos índices de reprovação, principalmente dos alunos pertencentes ao Eixo VII, de forma que demonstra que poucos têm concluído seus estudos com sucesso.

Tais achados, provavelmente, podem ser reflexos da inadequada distribuição do corpo docente que leciona na EJA, visto que os professores atuam fora de sua área de formação, além de que a maioria não possui formação continuada voltada para Educação de Jovens e Adultos. Também podemos inferir que outro fator preponderante para o baixo desempenho dos alunos, seja representado pelo processo avaliativo realizado pela maioria dos professores, que não segue as orientações curriculares específicas da modalidade, aplicando provas e testes semelhantes ao ensino médio regular, bem como conferindo notas quantitativas aos alunos ao invés dos conceitos propostos.

Entretanto, diante dos fatores negativos observados, foi possível verificar aspectos positivos, tais como o baixo índice de reprovação dos alunos da zona rural, visto que estes, mesmo com diversos percalços, como a dificuldade de transporte e o difícil acesso das estradas não pavimentadas em períodos chuvosos, obtiveram sucesso quando analisados os índices de aprovação/reprovação. Além disso, foram observados muitos alunos, que se tornaram leitores, poetas, cantores, profissões outras.

Conforme apresentado em nosso estudo bibliográfico, o maior desafio ainda reside no fato de que os sujeitos da EJA precisam ser considerados em sua especificidade. Necessitam ser vistos como cidadãos que exercem funções próprias na sociedade, como trabalhadores que são donas de casa, adolescentes que sonham, idosos que querem continuar a se sentir úteis na comunidade que estão inseridos.

Para alcançar uma implementação aprimorada, a escola precisa reformular algumas propostas, rever as Diretrizes e Orientações Curriculares para retomar princípios e avaliações concernentes à modalidade da EJA, contemplando as diversidades dos sujeitos desta modalidade de ensino. Para tanto, a elaboração de projetos interdisciplinares e de intervenção poderão ser úteis até para permanência do aluno na escola, reduzindo o alto índice de evasão observado.

Será necessária a busca, pelos gestores da unidade de ensino junto a seus núcleos, de cursos de formação continuada, a fim de capacitar todos os professores que atuam no ensino da EJA. E as melhorias de qualidade se farão presentes como natural consequência.

Diante disso, em meio aos resultados obtidos, é possível chegar à conclusão de que falta muito para obtermos o êxito nessa modalidade de ensino, por conta das inúmeras dificuldades encontradas na caminhada de educadores e educandos, acrescido ao fato do currículo escolar ainda não contemplar em sua plenitude, a educação de jovens e adultos como previsto em lei.

A presente pesquisa tem a pretensão de servir como mais uma das muitas vozes que tem se levantado para promover reflexão sobre o tema aqui apresentado, ao mesmo tempo em que se junta a uma luta pela qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicado no DOU de 23.12.1996.

DI PIERRO, M. C. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.

FARIAS, A. F. **Identificando os sujeitos da educação de jovens e adultos no município de Presidente Prudente-SP.** 2010. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_37670025824.pdf>. Acesso em jul. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14. 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Santaluz-Bahia. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/FHG>> Acesso em: 03 set. 2015.

MACHADO, M. M. Formação de Professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, v. 2, 2008.

OLIVEIRA, D. A recente expansão da Educação Básica no Brasil, e suas consequências para o Ensino Médio noturno. In: FRIGOTTO, G; CIAVATA, M. **Ensino Médio, ciências cultura e trabalho.** Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

ROMÃO, J. E. Educação de jovens e adultos: problemas e perspectivas. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2010.

STRELHOW, T. B. Breve historia sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR**, n. 38, p. 49- 59, 2010.